

ROSA MARIA DE
ANDRADE NERY

NELSON
NERY JUNIOR

Instituições de
DIREITO CIVIL

DAS OBRIGAÇÕES, DOS CONTRATOS E
DA RESPONSABILIDADE CIVIL

2ª edição

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

SUMÁRIO

ESTRUTURA DA COLEÇÃO	5
-----------------------------------	---

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	6
--------------------------------------	---

PARTE I DIREITO DAS OBRIGAÇÕES, CONTRATOS E RESPONSABILIDADE CIVIL

CAPÍTULO I – OBRIGAÇÃO: EVOLUÇÃO CULTURAL DE UM CONCEITO JURÍDICO	30
--	----

1. IDEIAS DO MUNDO ANTIGO	31
---------------------------------	----

1.1. A harmonia do cosmos	35
---------------------------------	----

1.2. Æ – æs – es. Onde se está. Onde não se está. Onde há ordem. Como se mede a harmonia	38
--	----

1.2.1. O ritmo das coisas	38
---------------------------------	----

1.2.2. O fogo	38
---------------------	----

1.2.3. A terra	40
----------------------	----

1.2.4. O ar	42
-------------------	----

1.2.5. A água	42
---------------------	----

1.2.6. A medida e o tempo	44
---------------------------------	----

1.2.7. A travessia	46
--------------------------	----

1.3. <i>Negotia per æs et libram</i>	47
--	----

1.4. <i>Solutio per æs et libram</i>	51
--	----

1.5. <i>Mancipatio</i>	51
------------------------------	----

1.6. <i>Nexum</i>	52
-------------------------	----

2. OS VALORES DO ORIENTE E A FORMAÇÃO DO DIREITO	61
--	----

2.1. Paideia (παίδεια) nas leis	70
---------------------------------------	----

3. CURIOSIDADES EM TORNO DO CONCEITO DE OBLIGATIO	71
---	----

4.	ASPECTOS HISTÓRICOS DO EXERCÍCIO DO PODER DO CREDOR SOBRE BENS DO DEVEDOR AO TEMPO DOS GERMANOS	77
5.	O DIREITO BRASILEIRO E A PROPORCIONALIDADE NO DIREITO DE OBRIGAÇÕES	86
5.1.	Retrospectiva histórica	86
5.2.	A experiência do século XXI	98
5.3.	Julgados históricos do STJ	99
CAPÍTULO II – INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE DIREITO DE OBRIGAÇÕES		110
6.	DIREITO DE OBRIGAÇÕES: ESTRUTURAS FUNDAMENTAIS.....	111
6.1.	Circulação livre e civilizada de riquezas	111
6.2.	Livre-iniciativa e segredo do negócio	113
6.3.	Peculiaridades da experiência jurídica	116
6.4.	Situações e relações jurídicas: uma primeira palavra	117
6.5.	Obrigações jurídicas no cenário de outros interesses	120
7.	A ABRANGÊNCIA DO DIREITO DE OBRIGAÇÕES	121
8.	O DEVER JURÍDICO E O DEVER MORAL	121
8.1.	Vontade e coerção	121
8.2.	Interesse de todos pelo cumprimento da palavra	122
8.3.	Deveres e obrigações	123
9.	<i>QUID DEBETUR E CUR DEBETUR</i>	123
10.	OBRIGAÇÃO, VONTADE E PACTA SUNT SERVANDA.....	124
11.	OBRIGAÇÃO E BOA-FÉ: CONCEPÇÃO OBJETIVA DA CAUSA DA OBRIGAÇÃO.....	125
12.	OBRIGAÇÃO E CONDUTA SOCIALMENTE TÍPICA	126
13.	OBRIGAÇÃO EM SENTIDO AMPLO	127
13.1.	Situações jurídicas. Uma segunda palavra: obrigação, dever e ônus	127
14.	PRESSUPOSTOS LÓGICOS DAS OBRIGAÇÕES QUE DECORREM DA VONTADE E DAS QUE DECORREM DO FATO.....	128
15.	OBJETO DAS OBRIGAÇÕES	129
15.1.	A patrimonialidade da prestação.....	130
CAPÍTULO III – PRESSUPOSTOS LÓGICOS PARA A COMPREENSÃO DA ESTRUTURA AXIOLÓGICA DO DIREITO DE OBRIGAÇÕES		132
16.	SISTEMA DE DIREITO	133
16.1.	Estrutura subjetiva e estrutura objetiva do sistema de obrigações	134
16.2.	Os elementos da noção de obrigação e o sistema de responsabilidade civil	135
16.3.	Poder do credor sobre o patrimônio do devedor	136
17.	EFICÁCIA JURÍDICA DO CRÉDITO	137
17.1.	O crédito como bem jurídico	138

18. AS BASES DO NEGÓCIO JURÍDICO: SUBJETIVA E OBJETIVA	139
19. IMPUTAÇÃO CIVIL DOS DANOS E PATRIMÔNIO MÍNIMO	142
20. OBRIGAÇÃO E BOA-FÉ.....	143
21. BOA-FÉ OBJETIVA COMO CLÁUSULA GERAL	144
21.1. Proibição de comportamento contraditório e venire contra <i>factum proprium</i>	146
22. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.....	147
23. OBRIGAÇÕES NATURAIS	148
24. PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA.....	148
24.1. Nova maneira de ver o princípio da autonomia privada	149
25. VÍNCULOS OBRIGACIONAIS QUE SURGEM INDEPENDENTEMENTE DA DISPOSIÇÃO VOLITIVA DE ALGUÉM SE OBRIGAR	150
25.1. Não apenas dos contratos nascem as obrigações	151
26. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DAS PRESTAÇÕES	151
26.1. Princípio da excussão menos gravosa para o devedor	152
27. VÍNCULO DE OBRIGAÇÃO E DE PROPORÇÃO	153
28. A PROPORCIONALIDADE DAS PRESTAÇÕES	154
CAPÍTULO IV – SISTEMATIZAÇÃO DO DIREITO DE OBRIGAÇÕES	156
29. FONTES DE OBRIGAÇÕES: FATOS, ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS.....	157
30. DECLARAÇÃO DE VONTADE DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA	158
30.1. Negócio jurídico: vontade de efeitos jurídicos.....	160
31. EFEITOS DOS FATOS JURÍDICOS	161
32. NEGÓCIOS JURÍDICOS	162
33. CONTRATOS E FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO	163
34. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATOS E CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS.....	164
34.1. Controle de cláusulas gerais.....	165
35. OBRIGAÇÕES ORIUNDAS DE CLÁUSULAS PREDISPOSTAS UNILATERALMENTE: CONTRATO DE ADESÃO E CONTRATOS DE MASSA	167
35.1. Negócio livre ou vinculado, ou de economia dirigida.....	168
36. DECLARAÇÕES UNILATERAIS DE VONTADE E OUTRAS FIGURAS	169
37. O ILÍCITO CIVIL E O ATO ILÍCITO	169
38. OS SISTEMAS DE RESPONSABILIDADE CIVIL	170
39. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E PAGAMENTO INDEVIDO	170
40. ATO E ATIVIDADE COMO FONTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL.....	174
41. ATO LÍCITO (OU ATO JURÍDICO EM SENTIDO AMPLO).....	174
41.1. Quase negócio jurídico: gestão de negócios (<i>negotiorum gestio</i>).....	175
41.2. Operações jurídicas	175

42. DEVERES ACESSÓRIOS	176
43. DIREITOS DE FORMAÇÃO	177
44. POSIÇÃO CONTRATUAL	178
45. OBRIGAÇÃO COMO PROCESSO	178
46. OBRIGAÇÕES <i>IN REM SCRIPTAE</i>	179
47. OBRIGAÇÕES <i>OB REM E PROPTER REM</i>	180
CAPÍTULO V – MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES	182
48. AS PRESTAÇÕES	183
49. CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES A PARTIR DA FORMA QUE A PRESTAÇÃO ASSUME EM RELAÇÃO AO SUJEITO	186
50. PRESTAÇÕES DE DAR	187
50.1 Prestações de dar coisa certa e coisa incerta	187
50.1.1. Obrigações de dar os acessórios de coisa certa	189
51. PRESTAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER	189
51.1. Obrigações de fazer de natureza fungível	191
51.2. Obrigações de fazer de natureza infungível	192
51.3. Descumprimento das obrigações de fazer	193
51.3.1. Execução de obrigação de fazer	197
51.4. Credores de Fazenda Pública. Obrigação de praticar ato que compete privativamente a agente de poder. Intervenção em Estado e Município	199
52. PRESTAÇÕES ALTERNATIVAS E CONJUNTIVAS	202
53. DAS PRESTAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS	206
54. DAS PRESTAÇÕES SOLIDÁRIAS	209
54.1. Da solidariedade ativa	210
54.2. Da solidariedade passiva	212
55. OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA	216
56. OBRIGAÇÕES PURAS, CONDICIONAIS, A TERMO E COM ENCARGO	217
57. OBRIGAÇÕES COM CLÁUSULA PENAL E COM ARRAS	222
58. CLÁUSULA PENAL COMPULSÓRIA E CLÁUSULA PENAL COMPENSATÓRIA. CONCEITUAÇÃO E DISTINÇÃO (CC 408 E 409)	224
59. OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS	227
60. A MORA DO DEVEDOR NAS OBRIGAÇÕES POSITIVAS E LÍQUIDAS, A TERMO CERTO	228
61. OBRIGAÇÕES POSITIVAS LÍQUIDAS E ILÍQUIDAS	230
62. EXIGIBILIDADE E RECUSA DA PRESTAÇÃO	237
CAPÍTULO VI – TRANSMISSÃO DA OBRIGAÇÃO	240
63. MUDANÇA DO TITULAR DE UMA SITUAÇÃO JURÍDICA: SUCESSÃO <i>MORTIS CAUSA E INTER VIVOS</i> , A TÍTULO SINGULAR E A TÍTULO UNIVERSAL	241

64.	CESSÃO DE CRÉDITO	244
64.1.	Conceito de cessão.....	244
64.2.	Cessão e endosso.....	247
64.3.	Cedibilidade do crédito.....	248
64.4.	Forma do negócio de cessão de crédito e sua eficácia perante terceiros	251
64.5.	Cessão de direitos de garantia e sua forma.....	254
64.6.	Cessão de direitos litigiosos.....	256
65.	ASSUNÇÃO DA DÍVIDA.....	261
65.1.	Delegação.....	263
65.2.	Modalidades de assunção da dívida	264
65.3.	Expromissão: assunção da dívida e estipulação em favor de terceiro	266
66.	CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	266
CAPÍTULO VII – ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES		268
67.	NOÇÕES GERAIS SOBRE A FORMA COMO AS OBRIGAÇÕES SÃO EXECUTADAS	269
68.	PATOLOGIAS DO VÍNCULO OBRIGACIONAL, DESFAZIMENTO DO NEGÓCIO SEM O DEVIDO CUMPRIMENTO E IMPEDIMENTO PARA O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO.....	271
68.1.	Inexistência e nulidade do negócio jurídico	271
68.1.1.	Conversão.....	273
68.2.	Anulabilidade	275
68.2.1.	Confirmação.....	276
68.3.	Resilição.....	278
68.4.	Resolução.....	280
68.5.	Rescisão	281
68.6.	Onerosidade excessiva	282
68.6.1.	Teoria da imprevisão	285
68.6.2.	Teoria da base do negócio	287
68.7.	Revisão judicial do contrato.....	289
68.8.	Obrigações sujeitas à condição: um problema de validade ou de eficácia do negócio jurídico?....	291
69.	CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES: O PAGAMENTO E A LIBERAÇÃO DO DEVEDOR.....	292
70.	QUEM DEVE PAGAR.....	293
71.	A QUEM SE DEVE PAGAR.....	294
72.	OBJETO DO PAGAMENTO E SUA PROVA.....	296
73.	LUGAR DO PAGAMENTO	297
74.	TEMPO DO PAGAMENTO	299
75.	OBRIGAÇÕES SUJEITAS AO IMPLEMENTO DE CONDIÇÃO	301
76.	PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO	302

76.1.	Depósito insuficiente.....	304
76.2.	Atualização do depósito: responsabilidade do depositário.....	305
76.3.	Consignatória e dívida tributária.....	306
77.	PAGAMENTO EM SUB-ROGAÇÃO.....	307
78.	IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO.....	309
79.	DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	309
80.	NOVAÇÃO.....	312
80.1.	A novação com mudança de devedor e assunção de dívida.....	314
80.2.	Novação subjetiva e objetiva. Delegação. Expromissão. Aval. Endosso.....	316
81.	COMPENSAÇÃO.....	320
81.1.	Compensação e falência.....	323
82.	REMISSÃO DE DÉVIDAS.....	327
83.	CONFUSÃO.....	328
84.	PRESCRIÇÃO LIBERATÓRIA.....	329
85.	QUITAÇÃO.....	334
86.	QUITAÇÃO E CONTRATOS DE MASSA.....	335
87.	PAGAMENTO DAS DÉVIDAS DA FAZENDA PÚBLICA, ORIUNDAS DE DECISÃO JUDICIAL (PRECATÓRIOS).....	337
88.	COISA JULGADA DA QUAL DERIVA O PRECATÓRIO: INTANGIBILIDADE.....	340
88.1.	Coisa julgada. Finalidade central do processo.....	342
88.2.	Coisa julgada. Efeitos.....	342
88.3.	Coisa julgada. Efeito substitutivo.....	343
88.4.	Coisa julgada. Funções negativa e positiva. Atitudes do juiz.....	343
88.5.	Coisa julgada. Requisitos.....	344
88.6.	Proibição de rediscussão da lide. Intangibilidade da coisa julgada.....	345
CAPÍTULO VIII – INADIMPLENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....		346
89.	INADIMPLENTO ABSOLUTO E RELATIVO.....	347
89.1.	Exceção de contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>).....	348
90.	VIOLAÇÃO POSITIVA DO CONTRATO. CUMPRIMENTO DEFEITUOSO DA OBRIGAÇÃO (<i>EXCEPTIO NON RITE ADIMPLETI CONTRACTUS</i>).....	352
91.	MORA.....	353
92.	EXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO PREVIAMENTE AJUSTADA. CONDIÇÃO <i>SINE QUA NON</i> PARA A CONFIGURAÇÃO DA MORA.....	358
92.1.	Interpelação do devedor.....	361
92.2.	Mora do credor.....	362
92.3.	Comissão de permanência.....	364
93.	PERDAS E DANOS.....	366

94. JUROS.....	369
94.1. Usura.....	375
95. ARRAS OU SINAL.....	376
96. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR.....	379
97. A EXECUÇÃO FORÇADA DO DEVEDOR.....	380
98. PARTES LEGÍTIMAS PARA A EXECUÇÃO.....	381
99. FRAUDE DE EXECUÇÃO: ALIENAÇÃO E ONERAÇÃO DE BEM PENHORADO.....	385
100. DECLARAÇÕES E SUA FORÇA NA FIXAÇÃO DE OBRIGAÇÕES.....	389
101. PROVA DAS OBRIGAÇÕES. FORMA E INSTRUMENTO.....	390
102. LÍNGUA VERNÁCULA.....	393
CAPÍTULO IX – TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	396
103. RESPONSABILIDADE CIVIL NA TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO.....	397
104. UMA IDEIA ANTERIOR À IMPUTAÇÃO: A RELAÇÃO POTENCIAL DE CAUSA/CAUSADO.....	405
105. A RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRACONTRATUAL.....	408
106. RESPONSABILIDADE PÓS E PRÉ-CONTRATUAL.....	410
107. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA.....	412
107.1. Responsabilidade objetiva e o nexo de causalidade.....	416
108. RESPONSABILIDADE E IMPUTAÇÃO CIVIL.....	422
108.1. Responsabilidade e indenizabilidade: dano moral e material.....	423
109. INDENIZABILIDADE DO DANO MORAL.....	427
110. RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	433
111. REPARAÇÃO DO DANO EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	435
112. FRAUDE DE EXECUÇÃO: ALIENAÇÃO E ONERAÇÃO DE BEM PENHORADO.....	436
113. CONFIANÇA NA MÍDIA: RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS POR <i>FAKE NEWS</i>	439
113.1. Imprensa tradicional, redes sociais, <i>Fake News</i> e pós-verdade.....	439
113.2. Responsabilidade civil. Danos por <i>Fake News</i> . Imputação.....	444
CAPÍTULO X – TEORIA GERAL DOS CONTRATOS NO SISTEMA DO CÓDIGO CIVIL.....	454
114. INTRODUÇÃO.....	455
115. CODIFICAR OU NÃO?.....	456
116. CODIFICAÇÕES RECENTES.....	457
117. MODELO DE CÓDIGO.....	457
118. FORMA DE CODIFICAR.....	458
119. TÉCNICA LEGISLATIVA DO CÓDIGO CIVIL.....	459
120. OBJETO DO CÓDIGO CIVIL. RELAÇÃO JURÍDICA CIVIL E COMERCIAL.....	460
121. UNIFICAÇÃO DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	462

122. VIGÊNCIA RESIDUAL DO CÓDIGO COMERCIAL DE 1850.....	463
123. SISTEMA DO CÓDIGO CIVIL (<i>CIVIL LAW</i>) E O JULGAMENTO DAS QUESTÕES CIVIS PELOS JUÍZES: EQUIDADE X LEGALIDADE?	463
123.1. Sistema do <i>Civil Law</i> e do direito brasileiro	465
123.2. Equidade <i>contra legem</i>	466
124. SISTEMA DO CÓDIGO CIVIL. CLÁUSULAS GERAIS	470
125. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	470
126. CONCEITOS LEGAIS INDETERMINADOS (<i>UNBESTIMMTE GESETZBEGRIFFE</i>)	471
127. CONCEITOS LEGAIS INDETERMINADOS. DEFINIÇÃO	471
128. CONCEITOS LEGAIS INDETERMINADOS. DIREITO ADMINISTRATIVO	471
129. CONCEITOS LEGAIS INDETERMINADOS. EXEMPLOS	472
130. CONCEITOS DETERMINADOS PELA FUNÇÃO (<i>FUNKTIONSBESTIMMTE RECHTSBEGRIFFE</i>)	472
131. CLÁUSULAS GERAIS. DEFINIÇÃO	473
132. FUNÇÃO DAS CLÁUSULAS GERAIS	473
133. NATUREZA JURÍDICA DA CLÁUSULA GERAL	474
134. VANTAGENS DA CLÁUSULA GERAL	475
135. DESVANTAGENS DA CLÁUSULA GERAL	475
136. EXEMPLOS DE CLÁUSULAS GERAIS.....	476
137. CLÁUSULAS GERAIS. APLICAÇÃO	476
138. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO, CONCEITOS LEGAIS INDETERMINADOS E CLÁUSULAS GERAIS ..	477
139. RELAÇÃO JURÍDICA TRABALHISTA	480
140. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO	480
141. DIVISÃO DO CÓDIGO CIVIL DE 2002	483
142. TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO	483
CAPÍTULO XI – O CONTRATO E SUA EXISTÊNCIA JURÍDICA. MODALIDADE CONTRATUAIS ...	486
143. ESTRUTURA FUNCIONAL DOS CONTRATOS.....	487
143.1. Tipicidade contratual	494
143.2. Vontade livremente manifestada	498
143.3. Livre-iniciativa.....	500
143.4. A questão da validade de atos e negócios jurídicos e sua ocorrência na vigência do CC/2002....	501
143.5. Conceito de parte.....	501
144. FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO	502
145. CONTRATO E BOA-FÉ OBJETIVA.....	508
145.1. A conduta socialmente típica	513
146. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	514
146.1. Contrato típico e atípico	514

146.2.	Contratos atípicos mistos e contratos coligados.....	514
146.3.	Contrato bilateral (sinalagmático) e unilateral (não sinalagmático).....	517
146.3.1.	Contrato bilateral imperfeito.....	519
146.4.	Contratos onerosos (comutativos e aleatórios) e contratos gratuitos.....	519
146.5.	Contratos individuais e contratos coletivos.....	522
146.6.	Contratos pessoais (<i>intuitu personae</i>).....	523
146.7.	Contratos civis, comerciais e administrativos.....	523
146.8.	Contratos consensuais, formais e reais.....	523
146.9.	Contratos reais e contrato de direito real.....	524
146.10.	Contratos causais e abstratos.....	525
146.11.	Contratos de execução imediata, contratos de execução diferida e contratos de trato sucessivo...	525
146.12.	Contratos principais e contratos acessórios.....	526
147.	CONTRATOS TRANSLATIVOS DE DIREITOS; CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E DO OBJETO LITIGIOSO.....	526
148.	ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS.....	533
149.	DO CONTRATO PRELIMINAR.....	534
150.	DO CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR.....	537
151.	CONTRATO-QUADRO E NEGÓCIO <i>PER RELATIONEM</i>	538
CAPÍTULO XII – A CONTRATAÇÃO, A EXECUÇÃO PERFEITA DO CONTRATO E SUA RESILIÇÃO...		540
152.	FORMAÇÃO DOS CONTRATOS E AS FASES QUE ANTECEDEM À CONTRATAÇÃO.....	541
153.	CONCEITO DE CONTRATO E SUA CELEBRAÇÃO.....	542
154.	PROPOSTA E ACEITAÇÃO.....	543
154.1.	Oferta e contrato preliminar.....	545
155.	SITUAÇÕES JURÍDICAS DE FORMAÇÃO DIFERIDA NO TEMPO.....	545
156.	INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS.....	547
157.	ADIMPLEMENTO CONTRATUAL.....	549
158.	RESILIÇÃO.....	549
158.1.	Distrato (CC 472 a 473).....	552
158.2.	Revogação.....	553
158.3.	Renúncia.....	553
158.4.	Denúncia.....	555
CAPÍTULO XIII – DESEQUILÍBRIO DO CONTRATO E O CONTRATO INEXECUTADO.....		556
159.	FUNÇÃO ECONÔMICA DO CONTRATO.....	557
159.1.	Base subjetiva do contrato.....	558
159.2.	Base objetiva do contrato e teoria da pressuposição.....	559
159.3.	Condições implícitas.....	563

159.4. Impraticabilidade do desempenho da prestação	565
159.5. Renegociação contratual.....	567
160. DEVERES ANEXOS DE CONDUTA	569
161. VIOLAÇÃO POSITIVA DA OBRIGAÇÃO OU DO CONTRATO	570
162. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL.....	570
162.1. Responsabilidade pré e pós-contratual.....	570
162.2. Obrigação de fazer e não fazer e astreintes	573
163. RESOLUÇÃO E REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS	574
164. CONTRATO ONEROSO ALEATÓRIO: SEU INADIMPLEMENTO E EVENTUAL QUEBRA DO VÍNCULO DE RECIPROCIDADE.....	575
165. PROIBIÇÃO DE COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO E <i>VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM</i>	579
166. DA EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO	581
166.1. Obrigação condicional e exceção de contrato não cumprido.....	583
167. CLÁUSULA RESOLUTÓRIA EXPRESSA E TÁCITA (CC 474 E 475)	585
168. DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS (CC 441 A 446).....	587
169. DA EVICÇÃO (CC 447 A 457).....	589
170. RESCISÃO DOS CONTRATOS	591
171. DA RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA (CC 478 A 480).....	591
172. A PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DA INEXISTÊNCIA OU INVALIDADE DE NEGÓCIOS JURÍDICOS BILATERAIS (CONTRATOS) E OS TEMAS DE PRESCRIÇÃO OU DE DECADÊNCIA E NATUREZA DA AÇÃO ...	593
CAPÍTULO XIV – OS CONTRATOS E A DEFESA DO CONSUMIDOR NO BRASIL: A FUNCIONALIDADE DE SISTEMAS JURÍDICOS NOS QUAIS IMPERA O DIÁLOGO DAS FONTES.....	602
173. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	603
174. MICROSSISTEMA DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	605
175. LEI PRINCIPOLÓGICA	606
176. DIÁLOGO DAS FONTES.....	607
177. SITUAÇÕES JURÍDICAS DE CONSUMO E A ULTRA-ATIVIDADE DA TEORIA GERAL DOS CONTRATOS DO CDC.....	608
178. DIRIGISMO CONTRATUAL E DECADÊNCIA DO VOLUNTARISMO: MORTE DO CONTRATO?	614
179. A BOA-FÉ COMO PRINCÍPIO BASILAR DAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE CONSUMO.....	618
180. A OFERTA COMO ELEMENTO VINCULANTE DO DEVER DE PRESTAR: EXECUÇÃO ESPECÍFICA DA OBRIGAÇÃO DE CONTRATAR.....	619
181. FORMAS DE CONTRATAÇÃO	622
182. COMPORTAMENTOS SOCIALMENTE TÍPICOS.....	623
183. CONTRATOS DE ADESÃO	625
184. CLÁUSULAS GERAIS DOS CONTRATOS.....	628
185. PROTEÇÃO CONTRA CLÁUSULAS ABUSIVAS.....	632

186. CONTROLE DAS CLÁUSULAS GERAIS DOS CONTRATOS.....	635
187. O PERFIL DOS CONTRATOS BANCÁRIOS NO CDC.....	638
187.1. O crédito e o dinheiro	641
188. MODIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS POR EXCESSIVA ONEROSIDADE	645
189. INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONSUMO.....	646
190. RESPONSABILIDADE DERIVADA DOS CONTRATOS DE CONSUMO.....	647
191. APLICAÇÃO DA DISCIPLINA CONTRATUAL DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR A OUTRAS RELAÇÕES JURÍDICAS	649

PARTE II DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO XV – COMPRA E VENDA (CC 481 A 532)	652
192. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA, CONCEITO E PARTES	653
193. CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA E SEUS ELEMENTOS ESSENCIAIS	654
193.1. Consenso	654
193.2. Preço.....	654
193.2.1. Moeda nacional.....	656
193.3. Coisa.....	656
194. CAPACIDADE E LEGITIMAÇÃO PARA O NEGÓCIO.....	656
195. OBRIGAÇÕES DO VENDEDOR E DO COMPRADOR.....	658
196. A PERDA DA COISA E O RISCO DAS PARTES	659
197. A PROCURAÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA E A TRANSFERÊNCIA DO DOMÍNIO.....	660
198. VENDA <i>AD CORPUS</i> E <i>AD MENSURAM</i>	661
199. DAS CLÁUSULAS ESPECIAIS À COMPRA E VENDA.....	664
200. COMPRA E VENDA MERCANTIL	667
201. COMPRA E VENDA INTERNACIONAL. TERMOS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO – EXPORTAÇÃO (<i>INCOTERMS</i>)	669
202. CONTRATO ESTIMATÓRIO (CC 534 A 537).....	672
203. TROCA E PERMUTA (CC 533)	673
203.1. Função jurídico-econômica e elementos essenciais	673
203.2. O contrato de troca e sua similitude com o de compra e venda	674
204. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE O CONTRATO DE COMPRA E VENDA.....	675
CAPÍTULO XVI – DOAÇÃO (CC 538 A 564)	678
205. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	679
205.1. Atos de liberalidade.....	681
205.2. A obrigação do doador é pessoal.....	682

206. CLASSIFICAÇÃO	682
207. VALIDADE	684
208. REVOGAÇÃO	688
209. CLÁUSULA DE REVERSÃO	689
CAPÍTULO XVII – LOCAÇÃO (CC 565 A 578 E L 8245/91)	690
210. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	691
210.1. Disciplina do contrato de locação (dirigismo contratual)	691
210.2. Natureza jurídica	693
210.3. Partes do contrato de locação	694
211. CLASSIFICAÇÃO	695
212. OBJETO DA LOCAÇÃO	696
213. GARANTIAS DO CONTRATO	699
214. INADIMPLEMENTO DO CONTRATO	700
215. DURAÇÃO DO CONTRATO	701
216. CESSAÇÃO DO CONTRATO E DESPEJO	703
216.1. Peculiaridades do distrato da locação	707
216.2. Entrega das chaves como ato simbólico de transmissão da posse	710
217. RECUSA DO RECEBIMENTO DAS CHAVES PELO LOCADOR E PELO LOCATÁRIO	713
218. SUBLOCAÇÃO	716
219. CONSEQUÊNCIAS PROCESSUAIS DO DESPEJO REQUERIDO COM BASE NO LI 9.º IV	717
220. FIANÇA. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO SEM ANUÊNCIA EXPRESSA DO FIADOR	719
221. LOCAÇÃO DE ESPAÇOS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE POSTOS DE COMBUSTÍVEL E CLÁUSULA DE EXCLUSIVIDADE	720
222. PLURALIDADE DE LOCADORES. LEGITIMIDADE ATIVA EM JUÍZO	722
223. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE O CONTRATO DE LOCAÇÃO	722
CAPÍTULO XVIII – CONTRATOS AGRÁRIOS (ESTATUTO DA TERRA E D 59566/66)	724
224. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	725
225. FORMA E PROVA DOS CONTRATOS AGRÁRIOS. DIREITO DE PREFERÊNCIA	726
226. POSSE DIRETA DA COISA DADA EM ARRENDAMENTO OU PARCERIA	728
227. PREÇO E GARANTIA DO ARRENDAMENTO OU PARCERIA	729
228. ARRENDAMENTO RURAL	730
228.1. Direito de preferência, alienação e excussão do bem arrendado	732
228.2. Despejo	733
229. PARCERIA RURAL	734

CAPÍTULO XIX – EMPRÉSTIMO (CC 579 A 592)	736
230. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	737
231. COMODATO	738
231.1. Sua tipicidade.....	738
231.2. Coisa dada em comodato	739
231.3. Gratuidade.....	740
231.4. Temporalidade do comodato.....	741
231.5. Forma do negócio de comodato	744
231.6. A cessação da justa posse do comodatário e o risco da coisa.....	744
231.7. Qualidade da posse do comodatário	745
231.8. A retomada do bem dado em comodato. A interpelação	746
231.8.1. A mora do comodatário e o interdito recuperandae possessionis	749
231.9. Consequências da judicialização da pretensão de retomada do comodante	750
232. MÚTUO	751
232.1. Obrigações do mutuário e o risco da coisa	752
232.2. O prazo do mútuo: mútuo com cláusula <i>cum potueris</i> e com cláusula <i>cum volueris</i>	753
232.3. Forma e prova do contrato de mútuo. CCom 122 [CC/1916 129 e 136; CC 107 e 212].....	754
232.4. Mútuo feneratício.....	754
232.4.1. Juros.....	755
232.5. O risco da coisa mutuada	755
232.6. Garantias do mútuo	756
232.7. Mutuário incapaz.....	758
233. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE EMPRÉSTIMO.....	759
CAPÍTULO XX – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (CC 593 A 609)	762
234. DISCIPLINA JURÍDICA	763
235. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	764
236. CONTRATOS ORIENTADOS A SERVIÇO. NEGÓCIO JURÍDICO PER RELATIONEM	766
237. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E O CONSENTIMENTO INFORMADO	771
238. SERVIÇO SOB A ÓTICA DO DIREITO DO CONSUMIDOR	775
239. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	775
CAPÍTULO XXI – EMPREITADA (CC 610 A 626)	778
240. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	779
241. FORMA DO CONTRATO DE EMPREITADA.....	780
242. EXECUÇÃO PERFEITA DO CONTRATO E A REMUNERAÇÃO DO EMPREITEIRO	781
243. RESPONSABILIDADE DAS PARTES.....	782

244. SUSPENSÃO (CC 625) E EXTINÇÃO DO CONTRATO	784
245. EMPREITADA DE LABOR	785
246. EMPREITADA MISTA	788
247. CONTRATO PARA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO	789
248. DIREITO DE RETENÇÃO EM EMPREITADA	789
249. RESPONSABILIDADE DO EMPREITEIRO. PRAZO DE GARANTIA	790
250. CONSTRUTORA COMO EMPRESA COM QUALIDADE DE FORNECEDORA DE SERVIÇOS	793
251. ACRÉSCIMO DO PREÇO POR CAUSA DE ALTERAÇÃO DE PROJETO OU DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO	795
252. JULGADOS RELACIONADOS COM O TEMA EMPREITADA E TRIBUTAÇÃO	796
CAPÍTULO XXII – DEPÓSITO (CC 627 A 652)	800
253. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	801
254. RESPONSABILIDADE DAS PARTES	802
255. DEPÓSITO BANCÁRIO	803
256. DEPOSITÁRIO INFIEL	804
257. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE DEPÓSITO	805
Juros e correção monetária em depósitos judiciais	806
Prisão civil do depositário infiel	807
CAPÍTULO XXIII – MANDATO (CC 653 A 692)	808
258. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	809
259. REPRESENTAÇÃO, PROCURAÇÃO E GESTÃO DE NEGÓCIOS	810
260. RESPONSABILIDADE DAS PARTES	811
261. <i>CONTEMPLATIO DOMINI</i>	813
262. PROCURAÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA	816
263. REPRESENTAÇÃO/MANDATO	816
264. CONSTRIÇÃO DE BEM QUE SE ENCONTRA TEMPORARIAMENTE NO PATRIMÔNIO DO MANDATÁRIO ...	817
265. MANDATO, REPRESENTAÇÃO E TÍTULO CAMBIÁRIO	818
266. GESTÃO DE NEGÓCIO E MANDATO	821
267. DOLO-MANDATO E SUA PROVA	822
268. MANDATO JUDICIAL	823
269. PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO	825
270. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE MANDATO	826
CAPÍTULO XXIV – COMISSÃO (CC 693 A 709)	828
271. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	829
272. RESPONSABILIDADE DAS PARTES	830

273. COMISSÃO COMO REMUNERAÇÃO.....	831
274. COMISSÃO <i>DEL CREDERE</i>	831
CAPÍTULO XXV – AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO (CC 710 A 721)	834
275. OBSERVAÇÕES NECESSÁRIAS SOBRE CONTRATOS COM FORTE DINÂMICA EMPRESARIAL.....	835
275.1. Tipicidade.....	835
275.2. Hipótese normativa do CC.....	837
276. DISTRIBUIÇÃO (CONCESSÃO COMERCIAL): CONTRATOS DE RESULTADO E DE MEIO.....	838
277. AGÊNCIA (REPRESENTAÇÃO COMERCIAL).....	840
278. DISTRIBUIÇÃO PARA REVENDA.....	845
279. INADIMPLEMENTO DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO.....	848
280. AS L 6729/79 E L 8132/90. REVENDA COM EXCLUSIVIDADE: CONVENÇÕES DE MARCA E ESTATUTO DOS CONCESSIONÁRIOS.....	849
CAPÍTULO XXVI – CORRETAGEM E MEDIAÇÃO (CC 722 A 729)	852
281. FUNÇÃO HISTÓRICO-JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS.....	853
282. CORRETAGEM E MEDIAÇÃO.....	854
283. REMUNERAÇÃO DO CORRETOR.....	855
284. ATUAÇÃO DO CORRETOR: INTERMEDIAÇÃO INDEPENDENTE.....	856
285. CORRETAGEM E REPRESENTAÇÃO.....	858
CAPÍTULO XXVII – TRANSPORTE (CC 730 A 756)	860
286. CONSIDERAÇÕES INICIAIS NECESSÁRIAS.....	861
287. INTERDISCIPLINARIDADE DE TEMA.....	864
287.1. Transporte e expedição.....	864
287.2. Transporte e direito administrativo.....	864
287.3. Transporte, direito civil e direito do consumidor: responsabilidade objetiva.....	866
288. CONTRATO DE TRANSPORTES: DISCIPLINA JURÍDICA.....	868
288.1. Contrato de transporte de pessoas.....	869
288.2. Contrato de transporte de coisas.....	870
288.2.1. Prescrição e transporte mercantil.....	870
288.2.2. Decadência e transporte mercantil.....	871
288.2.3. Contrato de transporte de coisas por navio.....	871
288.3. Contrato de transporte gratuito.....	872
288.4. Contrato de mercadorias: incoterms.....	874
289. RESPONSABILIDADE OBJETIVA.....	877
290. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE TRANSPORTE.....	878

CAPÍTULO XXVIII – SEGURO (CC 757 A 802)	880
290. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CONTRATO DE SEGURO	881
291. AS SEGURADORAS E O SISTEMA FINANCEIRO	886
292. MODALIDADES DE CONTRATOS DE SEGURO	887
293. SEGURO COMO ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS	890
294. CONTRATO DE SEGURO E CDC	891
295. RISCO CONTRATUAL E RISCO SEGURÁVEL	893
296. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE SEGURO	896
CAPÍTULO XXIX – CONSTITUIÇÃO DE RENDA (CC 803 A 813)	898
297. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	899
298. RESILIÇÃO DO CONTRATO	901
299. DIREITO REAL SOBRE IMÓVEL	901
CAPÍTULO XXX – JOGO E APOSTA (CC 814 A 817)	902
300. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA E ELEMENTOS ESSENCIAIS	903
301. CLASSIFICAÇÃO DOS JOGOS E APOSTAS	904
301.1. Regulamentação e proibição de jogos e apostas	905
CAPÍTULO XXXI – FIANÇA (CC 818 A 839)	908
302. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA	909
303. CARACTERÍSTICAS	910
304. IMPENHORABILIDADE E INDIVISIBILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA	913
305. GARANTIA PRESTADA POR QUEM VIVE EM UNIÃO ESTÁVEL	914
306. FORMAÇÃO DE TÍTULO CAMBIÁRIO A PARTIR DE DÍVIDA ORIGINÁRIA AFIANÇADA	916
307. FIANÇA EM LOCAÇÃO ATÉ A EFETIVA ENTREGA DAS CHAVES	916
308. TRANSAÇÃO ENTRE CREDOR E AFIANÇADO	917
309. EXONERAÇÃO DO FIADOR	918
310. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE FIANÇA	920
CAPÍTULO XXXII – TRANSAÇÃO, COMPROMISSO E NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL (CC 840 A 850 E CPC 190)	922
311. FUNÇÃO JURÍDICO-ECONÔMICA DA TRANSAÇÃO	923
312. ESPÉCIES DE TRANSAÇÃO: PREVENTIVA E TERMINATIVA	925
312.1. Acordo extrajudicial homologado judicialmente	926
312.2. Acordo judicial homologado	927
312.2.1. A transação inadimplida e o processo	928
313. EFEITOS DA SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE TRANSAÇÃO E ORDEM PÚBLICA	929

314. COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, TRANSAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO.....	934
315. NEGÓCIOS PROCESSUAIS (UNILATERAL E BILATERAL) E TRANSAÇÃO	938
315.1. Atos, fatos e negócios jurídicos processuais	938
315.2. Autogerência parcial do processo.....	941
315.3. Nova conformação funcional ao tipo do contrato de transação.....	943
315.4. Existência, validade e eficácia no negócio jurídico processual.....	944
315.5. Casos interessantes analisados pela jurisprudência, quanto à validade e eficácia de negócios processuais.	946
316. CONTRATO DE COMPROMISSO (CC 851 A 853).....	948
317. RECURSOS REPETITIVOS E REPERCUSSÃO GERAL SOBRE TRANSAÇÃO.....	950
BIBLIOGRAFIA	952
DICIONÁRIOS E OBRAS DE REFERÊNCIA.....	1004
LEGISLAÇÃO	1004
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1006
ÍNDICE LEGISLATIVO	1052
ÍNDICE ONOMÁSTICO	1068